

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL -  
PLAGEDER**

**MARA ANDREIA RACHE HORN**

**A PERCEPÇÃO DO JOVEM RURAL DE TRÊS PASSOS/RS SOBRE O PRONAF**

**Três Passos  
2011**

**MARA ANDREIRA RACHE HORN**

**A PERCEPÇÃO DO JOVEM RURAL DE TRÊS PASSOS/RS SOBRE O PRONAF**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural .

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Conterato

Coorientador: Tutor Chaiane Leal Agne

**Três Passos**

**2011**

**MARA ANDREIA RACHE HORN**

**A PERCEPÇÃO DO JOVEM RURAL DE TRÊS PASSOS/RS SOBRE O PRONAF**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural .

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

---

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato - Orientador  
UFRGS

---

Profa. Chaiane Leal Agne - Coorientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier  
UFRGS

Aos meus pais, Alcides e Carolina, que compartilham comigo este sonho. A Wilson, meu esposo, que me incentivou para conquistar meu objetivo e a pequena Letícia que chegou para encher minha vida de alegria.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente a Deus, pela oportunidade de estar aqui e poder compartilhar com todos esta conquista.

A toda minha família, que me apoiou e incentivou para que eu pudesse alcançar este objetivo.

A amiga Janete Vivian pelo empenho na busca da viabilização do Polo UAB em Três Passos.

A todos os professores e tutores do PLAGEDER que fizeram parte desta caminhada. Em especial ao Professor Marcelo Antônio Conterato pela orientação no desenvolvimento deste trabalho, e a Tutora Chaiane Leal Agne pelas suas contribuições.

As tutoras presenciais Eliane e Jane, que sempre estiveram a disposição, juntamente com a Coordenação do curso.

Aos jovens e suas famílias que me receberam para as entrevistas.

Aos funcionários da EMATER, Agência do IBGE, e CRESOL de Três Passos, que contribuíram para concretização deste trabalho.

## **RESUMO**

O presente trabalho analisa, sob a ótica do jovem rural, as potencialidades e limitantes da política pública – Pronaf no município de Três Passos / RS. Foram entrevistados jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos residentes na localidade de Alto Erval Novo- Três Passos/ RS. Para tanto utilizou-se de formulário semi-estruturado, aplicado a duas famílias com jovens na referida faixa etária, buscando identificar qual a percepção do jovem rural sobre o Pronaf? E ainda, quais foram as linhas de Pronaf acessadas pelas famílias e quais foram os destinos dados aos recursos; analisar se houve a participação do jovem no processo de tomada de decisão referente à adesão da família ao Pronaf. Tendo resultado no levantamento de diversas críticas em relação a operacionalização da política pública, no que se refere a limitação de crédito por família e na burocracia na liberação dos recursos. No entanto, na concepção geral do Pronaf, os jovens tem uma visão favorável em relação ao programa.

**Palavras-chave: Políticas Públicas, Pronaf, Jovens Rurais**

## **ABSTRACT**

This study examines, from the perspective of rural youth, and limiting the potential of public policy - Pronaf in Três Passos / RS. We interviewed young people aged between 15 and 24 years residing in the town of Alto Erval Novo- Três Passos/RS. For this we used a semi-structured, applied to two families with youngsters in that age group, seeking to identify the perception of rural youth about Pronaf? And yet, what were the lines Pronaf accessed by families and what were the destinations data resources, to analyze whether there was the participation of youth in decision-making process concerning the accession of the family Pronaf. And resulted in the removal of several criticisms regarding the operation of public policy regarding the restriction of credit by the family and the bureaucracy in the release of resources. However, in the general conception of Pronaf, young people have a favorable view for the program.

**Keywords: Public Policy, Pronaf, Rural Youth**

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO-----	p 09
2 METODOLOGIA-----	p 12
3 O JOVEN RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS-----	p 14
3.1 O JOVEM: BREVE DELIMITAÇÃO-----	p 14
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR-----	p 16
3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO-----	p 17
3.3.1. Pronaf Jovem-----	p 22
4 O MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS: A PERCEPÇÃO DO JOVEM RURAL SOBRE O PRONAF-----	p 23
4.1. O MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS: ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICOS-----	p 23
4.2 A PERCEPÇÃO DO JOVEM DE TRÊS PASSOS SOBRE O PRONAF-----	p 25
4.3 RECURSOS, FINALIDADES E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA-----	p 28
5 CONCLUSÃO-----	p 30
REFERÊNCIAS-----	p 32
APÊNDICE 1- Entrevista aplicada a agricultores-----	p 35



# 1 INTRODUÇÃO

A manutenção da agricultura na região Noroeste do Rio Grande do Sul - RS estruturada no regime familiar é muito importante, visto que a ela são atribuídos os maiores volumes de produção de alimentos que compõe a cesta básica do brasileiro, apresenta, ainda, as melhores condições de distribuição demográfica e manutenção dos fatores socioculturais. (DENARDI, 2001).

Muito tem se discutido acerca das políticas públicas no financiamento da agricultura. Instituídas com o propósito de expandir a produtividade agrícola e de gerar divisas para equilibrar a balança comercial brasileira, além de outros objetivos que foram modificados com decorrer da história e de acordo com os interesses em foco.

Com a criação da Carteira de Crédito Rural e Industrial do Banco do Brasil, em 1930, o Estado passa a oferecer linhas de crédito para financiar a agricultura. No entanto, foi a partir de 1965, com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural que a agropecuária, passou a contar com recursos específicos para financiar a produção. (BELIK, 1998).

Segundo o autor estes recursos fluíram com abundância, com juros baixos, permitindo a capitalização do setor, no entanto a partir de 1980 começou a apresentar problemas, como a inadimplência dos agricultores e o esgotamento das fontes de recursos.

A margem deste processo permaneceu a agricultura familiar, denominada antes da criação do Pronaf como: pequena produção, produção de baixa renda, produção de subsistência e agricultura não comercial. (Abramovay e Piketti, 2005).

Como medida para oferecer crédito para este segmento é instituído em 1996, pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com o objetivo específico de atender as necessidades dos pequenos produtores rurais que utilizam mão de obra familiar. Sendo possível financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores, com as menores taxas de juros dos financiamentos rurais, para custeio da safra, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. (MDA, 2010).

Como tentativa da manutenção das unidades de produção agrícola com base no regime familiar, caracterizada pela tomada de decisão da família e sua própria gestão, o Pronaf oferece condições de crédito para as famílias continuarem produzindo alimentos e se reproduzindo socialmente. A participação do jovem na gestão destes recursos, bem como da propriedade em geral é importante, haja vista que, com a participação e interesse nos projetos futuros da unidade familiar sua inserção no meio rural poderá ser mais exitosa. E devido a experiência adquirida com o trabalho em família poderá haver um maior interesse na constituição de sua própria unidade de produção agrícola ou dando sequencia nas atividades iniciadas pelos pais.

Ressalta-se a importância deste trabalho, visto que literatura sobre o tema é restrita, no entanto, é muito valioso buscarmos as percepções dos jovens a cerca das políticas públicas para o meio rural.

Neste trabalho, pretende-se identificar a percepção do jovem rural em relação a política pública Pronaf, tomando como local de pesquisa propriedades rurais do distrito de Alto Erval Novo, no município de Três Passos, região Noroeste do RS. Pretende-se ainda, identificar quais foram as linhas de Pronaf acessadas pela família e quais foram os destinos dados aos recursos, analisar se houve a participação do jovem no processo de tomada de decisão referente à adesão da família ao Pronaf; Se houve a participação, como o jovem contribuiu?

Abramovay (1997) em sua análise sobre a agricultura familiar versa sobre sua preocupação com a constituição de novas unidades de produção familiar, haja vista, segundo o autor, após 1970 esta possibilidade ficou cada vez mais difícil e os filhos já não pretendem mais reproduzir os papéis dos pais. Tomando como objeto de estudo a parcela jovem da população rural é possível identificar quais são suas reais necessidades e como elas poderiam ser supridas pelas políticas públicas.

O autor (1998) salienta ainda, que ocorrem transformações significativas no campo, evidenciadas pela migração seletiva do campo para a cidade. Observando o gênero e a faixa etária, a migração de jovens é mais acentuada, com destaque para a parcela feminina. Fato que se deve, segundo o autor, a reorganização das relações familiares, visto que, com uma pequena área de terra, é inviável o sustento e a permanência de todos.

Os fatores de sucessão vão além da simples vontade do jovem permanecer na atividade exercida pelos pais. Fatores como a viabilidade econômica do empreendimento, transferência legal da propriedade, aposentadoria da geração atual, bem como, a qualificação do novo agricultor, as oportunidades e estratégias de rendas

não agrícolas, as relações de gênero, a escolha profissional e a valorização da profissão de agricultor influenciam na tomada de decisão do jovem em seguir na atividade agrícola (BRUMER, 2004).

Analisando a percepção do jovem a cerca da política pública – Pronaf, bem como a forma como ele se posiciona na família quando da tomada de decisão sobre o destino dos recursos, pode contribuir para a formulação ou adequação de políticas públicas específicas para esta faixa etária.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o capítulo 1 destina-se a parte introdutória, contemplando o tema, objetivos e a justificativa; no capítulo 2 será abordado o contexto metodológico para a conclusão do trabalho; no capítulo seguinte será revista a bibliografia que trata do tema, enfocando o jovem e as políticas públicas, a definição do termo jovem, bem como a análise histórica das políticas públicas para a agricultura e o Pronaf; o capítulo 4 constitui a abordagem dos resultados com a análise da percepção dos jovens de Três Passos sobre o Pronaf.

## 2 METODOLOGIA

O presente trabalho constituiu-se de pesquisa qualitativa exploratória, que de acordo com Gil (2007) envolve: a) levantamento bibliográfico; b) entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (nesse caso famílias de agricultores); e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão da realidade local (GIL, 2007).

Além do enfoque qualitativo, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico de autores que tratam do tema - jovens e políticas públicas - e entrevistas, objetivando constituir o estudo de caso. Utilizou-se como meio investigatório a aplicação de formulário semi-estruturado a duas famílias rurais com jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. Mesma divisão etária adotada pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento –CNPD, sendo que a UNESCO e a Organização Brasileira de Juventude -OBJ, também adotam esta faixa etária para suas pesquisas. (IICA, 1998). Assim como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Abramo(1997, p.29) o conceito sociológico para juventude seria: “Momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico dramático de socialização.” Ainda segundo o autor é pequena a incidência de estudos dedicados ao modo de vida dos jovens e suas expectativas futuras.

A utilização de fontes de dados primários e secundários será concomitante, tendo como fonte de informação instituições de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e a Fundação de Economia e Estatística (FEE). Nestas fontes buscou-se dados como a estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários de Três Passos, o contingente de jovens da faixa etária de 15 a 24 anos no Brasil e em Três Passos, bem como o percentual que permanece na zona rural e a evolução destes patamares nos últimos anos, e ainda pesquisa bibliográfica de autores que tratam do tema como Ricardo Abramovay e Anita Brummer.

O levantamento bibliográfico de informações ocorreu na segunda quinzena de dezembro de 2010 e a aplicação da entrevista na primeira quinzena de janeiro de 2011, levado a feito através de formulário semi-estruturado, visando investigar a percepção do

jovem a cerca da política pública Pronaf, para tanto, foram realizadas visitas a duas famílias com jovens na faixa etária de 15 a 24 anos.

As famílias foram escolhidas considerando os seguintes critérios:

- a) Enquadrar-se na categoria de agricultura familiar.
- b) Possuir pelo menos um jovem na referida faixa etária residindo na propriedade.
- c) Ter acessado a mais de uma linha de crédito do Pronaf nos últimos 3 anos.
- d) Possuir o título de propriedade da terra.

A constituição do formulário semi-estruturado consiste em questões previamente elaboradas, com o intuito de investigar a composição estrutural da família, bem como seu grau de instrução e ainda o tempo de instalação na localidade, buscando ainda identificar a que tipo de cultura a família se dedica. Sua aplicação consistiu de dois momentos distintos para cada família; primeiramente, os questionamentos foram dirigidos para todos os membros da família, e a segunda parte do questionário foi dedicado exclusivamente para os jovens, com o intuito de investigar a sua percepção da política pública em tela.

Cumprida esta etapa buscou-se o aprofundamento na questão de apropriação e destino dos recursos da política pública em análise, bem como a relação familiar e a participação dos jovens na tomada de decisão. Após a conclusão da entrevista os dados dos dois questionários foram comparados.

Posteriormente foram buscadas informações em cooperativa de crédito do município, na tentativa de encontrar dados sobre o destino e o volume de recursos utilizados pelas famílias.

## **3 O JOVEM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Nesse capítulo procura-se fazer uma reflexão sobre as referências da literatura sobre a definição do período da vida em que se é jovem, bem como as definições para agricultura familiar e a história e origem das Políticas Públicas para a agricultura no Brasil.

### **3.1 O JOVEM: BREVE DELIMITAÇÃO**

Não há uma definição universalmente aceita para o período de vida em que se é jovem. As Nações Unidas delimitam a fase da juventude aos indivíduos entre 15 e 24 anos.

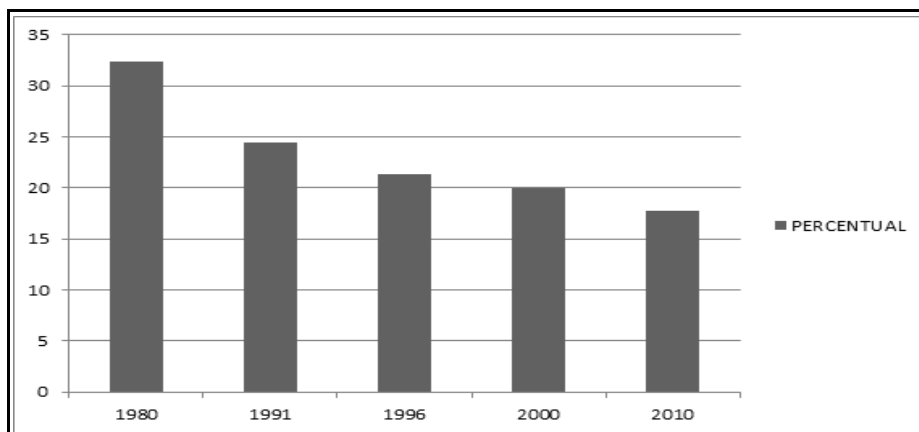
Para Groppo (2000) o período de transição e ingresso na maturidade materializou três termos, a saber: a) puberdade, criado pelas ciências médicas para determinar a fase de transformação do indivíduo; b) adolescência, criado pela psicologia e psicanálise para explicar o período de mudança de personalidade e comportamento; c) juventude, termo da sociologia, caracteriza o período de intervalo entre as funções sociais da infância e do homem adulto.

Segundo o autor a partir deste conceito adotado pela sociologia para a juventude, pode-se afirmar que a mesma vem se afirmando como uma categoria social, onde a “juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos.”(GROPPO, 2000 p.8), então o conceito de juventude pode ser uma representação sociocultural ou se configurar como uma situação social.

Os jovens no Brasil na faixa etária de 15 a 24 anos correspondem à mais de 35 milhões de pessoas, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o contingente de jovens rurais está estabelecido com 5,4 milhões de pessoas, um decréscimo acentuado em comparação com os dados do censo de 2000. Em 1980, dos jovens na referida faixa etária, aproximadamente 32% residiam na zona rural, este número foi mudando regressivamente, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, sendo que, em 1991

correspondia a cerca de 24%, em 1996 a 21,3%, em 2000 a um contingente de 20% e em 2010 a 17,8%.

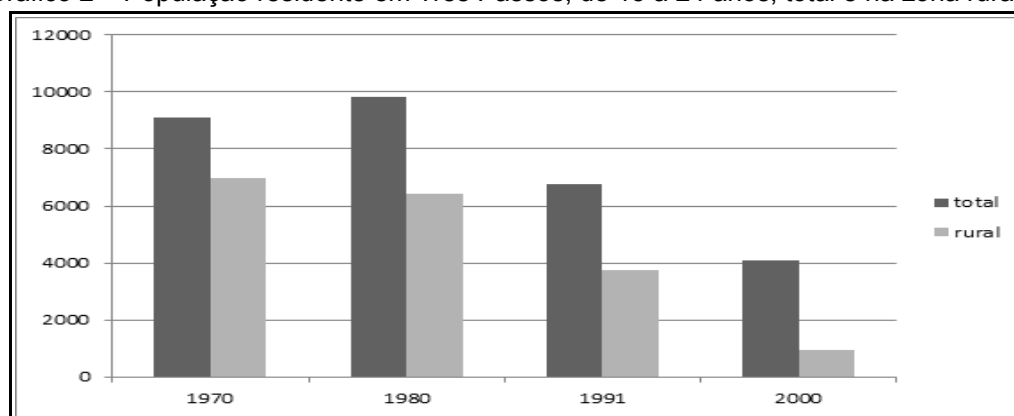
Gráfico 1- Percentual de jovens de 15 a 24 anos que residem na zona rural do Brasil



Fonte: Com base em dados do IBGE.

No gráfico 2 podemos observar a realidade do município de Três Passos, no que se refere ao número de jovens que habitam o campo e o total de jovens do município. Em 1970, o município de Três Passos contava com 43.288 habitantes, destes 9108 eram jovens na faixa de 15 a 24 anos, e 76,4% deste contingente residia na zona rural. No ano de 1980 o número total de jovens do município passou para 9816, sendo que 65,7% residiam no interior. Nos anos de 1991 e 2000 o número total de jovens era de 6776 e 4112, respectivamente, com um percentual de 55,6% no interior em 1991, caindo para percentual de 23,2% no ano de 2000. (IBGE – Censo Demográfico, 2000).

Gráfico 2 – População residente em Três Passos, de 15 a 24 anos, total e na zona rural



Fonte: Elaborado com base em dados dos Censos Demográficos (IBGE).

Importante esclarecer que no ano de 2000 Três Passos não contava mais com o

contingente populacional dos municípios de Bom Progresso e Tiradentes do Sul, emancipados em 1992, e Esperança do Sul emancipado em 1995, que juntos contavam com uma população de 14.133 habitantes, conforme Censo Demográfico de 2000, sendo que, 2106 eram jovens de 15 a 24 anos, dos quais 1656 residiam na zona rural, o que explica em parte, a significativa redução do número de jovens rurais.

### 3.2. AGRICULTURA FAMILIAR

Para Maria José Carneiro existe um consenso sobre o conceito de agricultura familiar: “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde o trabalho, terra e família são intimamente relacionados.” Porém a autora considera esta noção limitadora, visto que engloba uma grande variedade de agricultores heterogêneos em um único conceito.(CARNEIRO, 1999, p.329).

Lamarche reforça esta ideia, a agricultura familiar não é apenas “um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda uma diversidade”, visto que em todo mundo existem grupos distintos de agricultores que diferem entre si, constituindo grupos heterogêneos. (LAMARCHE, 1993, p.14)

Para Abramovay(1997) “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco de sangue ou casamento.” (ABRAMOVAY, 1997, p.03)

Estudos da FAO/INCRA (1994) dividem a exploração agrícola em modelo patronal e familiar. O quadro 1 contempla estas diferenças, relacionadas a gestão, organização e trabalho.

Quadro 1 - Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares.

<b>Patronal</b>	<b>Familiar</b>
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Predomínio do trabalho assalariado.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento.”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: VEIGA, 2001.



A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 estabelece conceitos, princípios e instrumentos destinados a formulação das políticas públicas direcionadas a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, considerando com agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente os seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família." ( **LEI FEDERAL 3559/2008**)

No Brasil, segundo o Censo Agropecuário (2006) são 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, o que corresponde a 84,4% do total. No Rio Grande do Sul são 378,5 milhões de estabelecimentos (85,75%), no município de Três Passos o número de estabelecimentos de agricultura familiar é ainda mais expressivo, 93,75% dos estabelecimentos, o que corresponde a 1.681 estabelecimentos rurais. (IBGE, 2006)

### **3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO**

As políticas públicas do Estado moderno brasileiro, estavam alicerçadas na constituição de um processo modernizante para todos os setores da economia com o objetivo de obter desenvolvimento econômico.

Um dos fatos mais marcantes em relação ao poder que o Estado exerce no controle da atividade agrícola está relacionado ao “milagre econômico” e a instituição da “Revolução Verde”. Com o objetivo de modernizar o setor rural o Governo lançou mão de uma enxurrada de crédito, disponibilizado para os agricultores para aquisição de insumos industrializados, máquinas e equipamentos.

Conforme Paiva (1975) a transição da agricultura tradicional para as técnicas modernas requer políticas públicas de crédito e assistência técnica que a estimulem para tanto. Porém para Graziano da Silva (1990) o progresso tecnológico na agricultura se deu com o intuito de aumentar a concentração de capital, uma vez que dele se apropriaram os detentores de capital e é a eles que se destina esta revolução.

Em relação ao setor rural o Estado opta pela expansão da produtividade apoiada nos preceitos da revolução verde, visando a produção para o mercado externo.

Demonstrando o interesse no setor devido sua importância econômica e ainda atribuindo ao setor um papel secundário, no que se refere a desenvolvimento, com funções definidas como abastecer o setor urbano, gerar divisas e absorver a mão de obra excedente. (SILVA e SOUZA, 2010)

Conforme Silva e Souza (2010), em 1963 foi proposto no plano trienal (1963-1965) a modernização da agricultura com o intuito de aumentar a produtividade e a oferta de produtos para reduzir os preços de produtos agrícolas. Propondo também uma política de reforma agrária, uma vez que a prática constante de arrendamento de terras influenciava no custo de produção. O plano também objetivava a expansão da produção de alimentos, maior influência do setor agro exportador e produção de matéria prima para abastecer indústria nacional.

Neste contexto modernizador foram criados institutos de pesquisa, promovida à modernização da logística destinada à agricultura, o crédito agrícola e a política de garantia de preços mínimos (PGPM).

Ainda conforme os autores com o golpe militar de 1964 o Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG), reafirma a condição do setor agrícola como atrasado e de baixa produtividade, atribuindo ainda funções específicas para o setor agrícola: fornecer alimentos e matéria-prima; fortalecer a agro exportação para garantir divisas e poder modernizar o setor a fim de gerar desenvolvimento; absorver a mão de obra excedente.

A partir de 1968 com o Programa Estratégico de Desenvolvimento a agricultura passa efetivamente a modernizar-se e provocar mudanças tecnológicas, com o objetivo de o aumento da produtividade, incentivo ao uso de insumos modernos, ampliar e fortalecer o crédito, fomentar a industrialização do meio rural e fortalecer as políticas de colonização.(SILVA e SOUZA, 2010).

Conforme os autores supracitados os planos nacionais de desenvolvimento (PNDI-1972-74; PNDII-1974-79) mantém os mesmos patamares de incentivos fiscais e financeiros no intuito de continuar modernizando o setor agrícola. Com a crise econômica internacional da segunda metade da década as políticas agrícolas passam a fomentar a redução dos preços dos produtos agrícolas ao consumidor e gerar mais renda para o produtor rural.

A partir de 1980 houve uma transformação no crédito rural, período que ficou conhecido como “década perdida”<sup>1</sup>, medidas como o aumento das taxas de juros,

<sup>1</sup>“A Década Perdida é o nome que se dá ao período de tempo em que ficou clara a falência do velho desenvolvimentismo baseado em fechadura econômica (e, em boa medida, política), intervencionismo estatal e keynesianismo inflacionista-estruturalista. A Década se perde não apenas pelo esgotamento desses procedimentos e doutrinas, mas também pela inacreditável teimosia em se admitir que o mundo já tinha mudado, e que precisávamos de um novo modelo de

por meio da correção monetária sobre os empréstimos, ainda a redução drástica de até oitenta por cento no crédito rural foram os fatos marcantes do período. (SANT'ANNA e FERREIRA, 2006).

Com o agravamento da crise econômica, com altas taxas de inflação e a redução de capital estrangeiro, as políticas públicas voltam-se para o incremento as exportações no intuito de gerar divisas para suprir o déficit da dívida externa nacional. Este período de crise reduz consideravelmente as disposições de crédito agrícola. As exportações do país passam a ser feitas com produtos beneficiados, consumando a modernização dos complexos agroindustriais. E o início da década de 1990 é marcada pela estagnação do crédito agrícola. (SILVA e SOUZA, 2010)

Durante a implementação do Plano Real, em 1994 objetivando a busca da estabilidade econômica, a agricultura teve um importante papel para a efetivação deste objetivo, contribuindo para a queda dos preços dos principais alimentos que compunham a cesta básica do brasileiro.

O Plano Real constitui um plano econômico com objetivo principal de combate a inflação, sendo diferenciado dos planos anteriores devido ao reconhecimento de uma das principais causas da inflação estar relacionada ao desequilíbrio do setor público e nos mecanismos de indexação. (VASCONCELLOS E GARCIA, 2008).

Farina e Nunes (2002), citam um conjunto de fatores que teriam contribuído para a queda nos preços relativos da agricultura na década de 1990, dentre eles: elevação da produtividade da terra; valorização cambial; pressão exercida pela abertura comercial, que teria reduzido custos de produção; queda expressiva nos preços internacionais dos produtos agrícolas após a crise asiática, compensando os efeitos altistas exercidos pela desvalorização cambial de janeiro de 1999; normalização dos funcionamentos dos mercados depois de superada a confusão de preços relativos típica de períodos de hiperinflação, que teria por fim permitido a redução de preços para o consumidor final; substituição de insumos em resposta a mudanças nos preços relativos; mudanças tecnológicas; mudanças organizacionais intra firma e entre firmas (FARINA e NUNES, 2002, p.1-2).

Com a retomada do crescimento do PIB nacional, com conseqüente aumento da arrecadação pública, ajustes no orçamento, com posterior, superávit primário, houve a retomada da alocação de recursos para o financiamento à produção agrícola. Sant'anna e Ferreira destacam que a estabilidade dos preços decorrida com o êxito do Plano Real, permitiu que o crédito rural fosse expandido, associada ao crescimento da

produção agrícola. (SANT'ANNA e FERREIRA, 2006). Vale ressaltar que a origem dos recursos para o crédito agrícola advém das aplicações obrigatórias de bancos comerciais e os fundos parafiscais (FAT, fundos constitucionais), além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 1996 foi instituído através do Decreto nº1.946, de 28 de junho, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sua importância para o setor agrícola se dá, conforme a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao grande alcance do programa, com cerca de dois milhões de famílias inseridas; baixas taxas de juros; alcance do público de baixa renda; focalização dos subsídios aos mais descapitalizados; baixa inadimplência; compartilhamento dos custos e do risco com o sistema financeiro e a União; dinâmica consolidada de construção dos Planos de Safra em parceria e diálogo com os movimentos sociais rurais (SAF/MDA, 2010).

Os enquadramentos dos agricultores para poderem acessar ao Pronaf deve se dar dentro dos grupos conforme segue no quadro abaixo:

Quadro 2 – Beneficiários do PRONAF

<b>GRUPO</b>	<b>CARACTERISTICAS</b>
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento sob à égide do PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; e beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal.
A/C	Agricultores familiares egressos do Grupo A, que se enquadrem nas condições do Grupo C e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado.
B	Agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que obtém renda bruta anual de até R\$ 2.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
C	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtém renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 14.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
D	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtém renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
E	Agricultores sociais e trabalhadores rurais egressos do PRONAF ou ainda beneficiários daquele programa, que obtém renda bruta anual familiar de até R\$ 60.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Fonte: Silva Filho – CEPLAC, 2010.

Os principais objetivos do PRONAF, estão relacionados ao fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor

rural e a profissionalização dos produtores familiares (CEPLAC, 2009). Acarretando em maior oferta de alimentos, principalmente aqueles que compõem a cesta básica como: arroz, feijão, mandioca, milho, trigo e leite, além de estimular a permanência do produtor rural no campo.

Atualmente o programa conta com várias linhas de crédito, que procuram atender as especificidades de cada agricultor. No Quadro 3 estão elencadas as linhas de crédito que atendem aos Pronaf Custeio, que destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias.

**Quadro 3 - Linhas de crédito de Custeio Pronaf**

Grupos e faixas		Limites	Juros	Prazos
Grupo A/C		De R\$500,00 até 5 mil	1,5% a.a	Até 2 anos
Grupo C		Até R\$ 5 mil	3,0 % a.a.	Até 2 anos
Agricultor Familiar	Faixa I	Até R\$5 mil	1,5 % a.a.	Até 2 anos
	Faixa II	De R\$50 mil até R\$10 mil	3,0% a.a.	Até 2 anos
	Faixa III	De R\$10 mil até R\$ 20 mil	4,5 % a.a.	Até 2 anos
	Faixa IV	De R\$20 mil até R\$40 mil	5,5 % a.a.	Até 2 anos

Fonte : Adaptado de EMATER/RS

O Quadro 4 contempla as linhas do Pronaf Investimento, que objetiva atender a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura dos estabelecimentos rurais.

**Quadro 4- Linhas de crédito de Investimento do Pronaf**

Grupos e faixas		Limites	Juros	Prazos
Grupo A		Até R\$21,5 mil	0,5% a.a.	Até 10 anos
Grupo B		Até 2,0 mil	0,5 % a.a	Até 02 anos
Agricultor Familiar	Faixa I	Até R\$ 7 mil	1,0% aa.	Até 08 anos
	Faixa II	De R\$ 7 mil até R\$ 18 mil	2,0%aa.	Até 08 anos
	Faixa III	De R\$ 18 mil até R\$ 28 mil	4,0%aa.	Até 08 anos
	Faixa IV	De R\$28 mil até R\$ 36 mil	5,0%a.a.	Até 08 anos
Pronaf Alimentos		De R\$7 mil até R\$100 mil	2,0%aa.	Até 10 anos
Pronaf Mulher, ECO e Agroecologia	Faixa I	Até R\$ 7 mil	1,0% aa.	Até 08 anos
	Faixa II	De R\$ 7 mil até R\$ 18 mil	2,0%aa.	Até 08 anos
	Faixa III	De R\$ 18 mil até R\$ 28 mil	4,0%aa.	Até 08 anos
	Faixa IV	De R\$28 mil até R\$ 36 mil	5,0%a.a.	Até 08 anos
Pronaf Agroindústria		Individual até R\$ 7 mil	1,0%aa.	Até 08 anos
		Individual de R\$7 mil até R\$18mil	2,0%aa.	Até 08 anos
		Coletivo até R\$ 500 mil	1,0%a.a.	Até 08 anos
		Coletivo de R\$500 mil até R\$10 milhões	2,0%a.a.	Até 08 anos
		Coletivo de R\$10 milhões a R\$25milhões	3,0%a.a.	Até 08 anos
Pronaf Jovem <sup>2</sup> , Floresta		Até 7 mil	1,0%a.a.	Até 10 anos
Pronaf Agroindústria,			4,0%a.a.	

<sup>2</sup> O Pronaf Jovem teve seu limite financiado ampliado para R\$10 mil para o ano agrícola 2010/2011.

Custeio e Comercialização da Agroindústria e Cota Parte	Individual até 5 mil Coletivo até R\$milhões		Até 12 meses e até 6 anos
---	---	--	---------------------------

Fonte: Adaptado de Emater, Plano Safra 2009/2010.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf dispunha no ano agrícola<sup>3</sup> de 1999/2000 de 3,28 bilhões de reais, dos quais 2,15 bilhões foram acessados pelo agricultores familiares em 3.403 município brasileiros. O numero de municípios nos quais os recursos passaram a ser expandidos à 4.539 e 5.379 municípios nos anos agrícolas de 2005/2006 e 2007/2008 respectivamente. Com um montante disponibilizado no ultimo período referido de 13 bilhões de reais sendo acessado 9 bilhões de reais. (MDA, 2010).

### 3.3.1. Pronaf Jovem

A linha de crédito de investimento Pronaf Jovem, beneficia, especificamente, jovens de 16 a 29 anos, até o ano de 2004, a linha de crédito restringia-se a faixa de 16 a 25 anos, a nova redação foi dada pela Resolução 3559/2008 do Banco Central que determina ainda que os jovens tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais, escolas técnicas de nível médio ou participado de curso ou estágio de formação profissional e deverão ainda possuir o enquadramento para o Pronaf com a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Segundo a mesma resolução o limite de crédito por beneficiário é de R\$10.000,00, independente dos limites definidos para os outras linhas de financiamento do Pronaf, com taxa efetiva de juros de 1% a.a.( um por cento ao ano), com prazo de pagamento de dez anos e três de carência. (BANCO CENTRAL, 2008).

Conforme Gouveia (2010) a expectativa do Pronaf Jovem é “promover o futuro da agricultura através da qualificação profissional de seus jovens, que atuarão como agentes multiplicadores do conhecimento no campo, visto que estão estudando e tem potencial para crescer” (GOUVEIA, 2010, p.31). Na mesma pesquisa a autora refere-se a falta de projetos destinados ao crédito oferecido pelo Pronaf Jovem, tendo predominado a adesão dos jovens até 29 anos ao Pronaf B, no estado da Paraíba.

Na região Noroeste do RS a situação não é diferente visto que os jovens filhos de agricultores aderem as mesmas linhas de créditos acessadas pelos pais, mesmo tendo a possibilidade de utilizar os recursos do Pronaf Jovem.

<sup>3</sup> Ano agrícola, período compreendido entre 1º de julho a 30 de junho do ano subsequente.

## **4 O MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS: A PERCEPÇÃO DO JOVEM RURAL SOBRE O PRONAF**

Este item contempla a análise dos resultados, trazendo as percepções dos jovens de Três Passos sobre o Pronaf, bem como o destino dados aos recursos pela família.

### **4.1 O MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS: ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICOS**

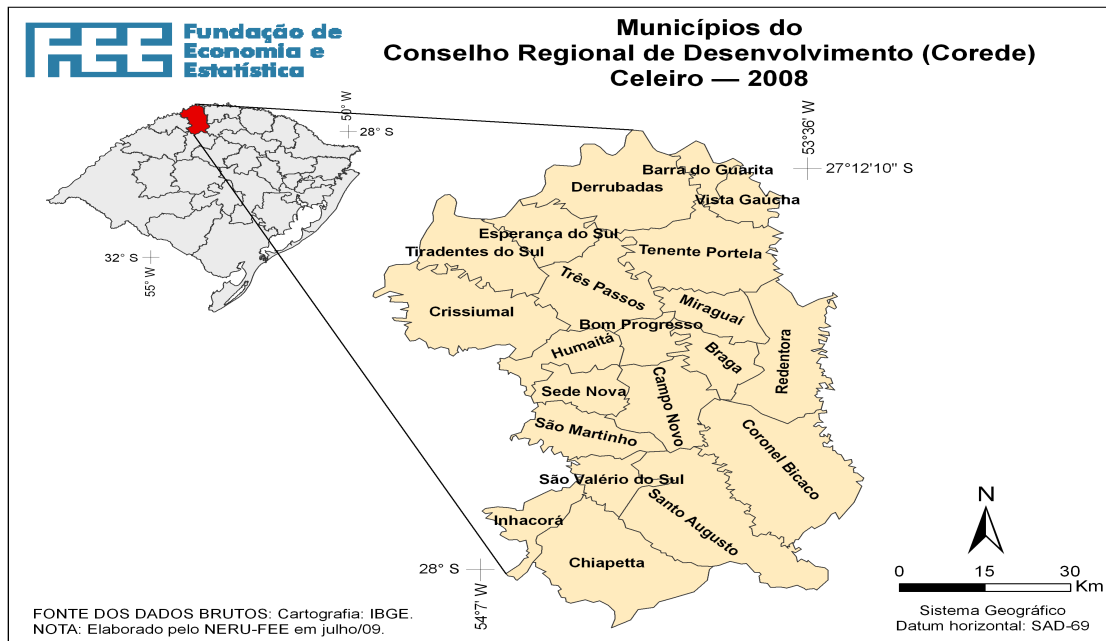
As origens do município de Três Passos remontam de 1860, quando fora determinada pelo Governo Imperial que uma equipe de engenheiros se desloca-se até a região Noroeste do Rio Grande do Sul, para demarcar um local para a instalação de uma colônia militar na fronteira com a República Argentina. Os trabalhos foram concluídos em 1879 quando foi instalada a Colônia Militar do Alto Uruguai, as margens do rio de mesmo nome. (IBGE,2010)

A partir de 1930 começaram a se deslocar para a localidade pessoas procedentes das antigas colônias italianas e alemães, existentes no estado, incentivadas pelo programa de colonização para povoamento das áreas de fronteira do Estado. Os migrantes, na maioria descendentes de imigrantes, buscavam terras férteis para produção de cereais, extração de erva mate e madeira. (IBGE, 2010).

Atualmente o município de Três Passos possui área de 268km<sup>2</sup> com uma população de 23.467 habitantes, sendo que 73,59% residem no perímetro urbano e 26,41% na zona rural. (IBGE, 2010).

Está inserido no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Celeiro, composto por mais vinte municípios, onde o centro administrativo é Três Passos. A origem do Corede foi um desmembramento em 2006 do Corede Noroeste Colonial. No mapa 1 podemos visualizar a localização geográfica de Três Passos dentro do Corede Celeiro, bem como no estado do RS.

## Mapa 1- Localização do Município de Três Passos no COREDE e no Estado.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2009)

A economia do município está estruturada na agropecuária, sendo a estrutura fundiária composta por minifúndios, com média de 10 hectares por propriedade. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 existem no município 1793 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 25.023 hectares, nos quais ocupam-se 4912 pessoas com idade superior a catorze anos, sendo 2871 homens e 2041 mulheres. Deste total de estabelecimentos agropecuários, 1.681 são classificados como de agricultura familiar e os demais, 112 estabelecimentos, como não familiar. Os estabelecimentos familiares ocupam uma área de 19.758 hectares, os não familiares estão em área de 5.264 hectares. (IBGE, 2006)

Conforme tabela 1, a estrutura fundiária do Município de Três Passos é basicamente constituída de propriedades com menos de 20 hectares, o que corresponde a 85% das propriedades.

**Tabela 1 – Estrutura Fundiária do Município de Três Passos**

Tamanho da propriedade (há)	Percentual	Nº de propriedades
Menos de 5	20,41	366
5 a 10	28,05	503
10 a 20	37,37	670
20 a 50	12,27	220
50 a 100	1,5	27
+ de 100	0,4	7

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE, 2006

As principais atividades, segundo o mesmo instituto, são o cultivo de soja, milho



e trigo, produção leiteira, suinocultura em sistema de parceria com a agroindústria. Dedicam-se a atividade leiteira 1263 famílias, com produção anual de 15.813.370 litros em 2006. A suinocultura representa um valor significativo no segmento primário, sendo que 1296 estabelecimentos alojam suínos num total de 71944 cabeças, em 2006. E este número vem crescendo, em 2009 chegou a 115463 suínos, conferindo a Três Passos o título de 3º município do Estado em número de abates com selo de inspeção federal (SIF), conforme dados da Associação de Produtores de Suínos do Rio Grande do Sul- ACSURS.

Além da atividade agrícola 290 agricultores declararam ter realizado atividades econômicas fora do estabelecimento agropecuário. Outro dado relevante apontado pelo Censo Agropecuário de 2006, indica que dos 1793 estabelecimentos, 1050 obtiveram algum tipo de financiamento e 743 não acessaram a nenhuma linha de crédito (IBGE, 2006).

O Produto Interno Bruto do município, projetou-se de 295,4 milhões de reais, em 2006, para 325 milhões em 2007 e 355,1 milhões de reais em 2008, tendo neste último ano aferido um PIB per capita de R\$14.797,00. O Valor Adicionado Bruto da agropecuária corresponde a 14,42%, da indústria a 28,75% e de serviços corresponde a 56,83 para ano de 2008, conforme dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE.

## **4.2 A PERCEPÇÃO DO JOVEM DE TRÊS PASSOS SOBRE O PRONAF**

O presente item foi elaborado com a participação de duas famílias residentes na localidade de Alto Erval Novo, distrito de Três Passos. Tais famílias foram escolhidas considerando-se dois critérios básicos: utilizar-se da política pública Pronaf; e, possuir na família pelo menos um jovem na faixa etária de 15 a 24 anos.

A primeira família objeto de estudo, doravante denominada família A, é composta por quatro membros, o pai e a mãe contam com 50 anos de idade, a filha, com 29 anos, casada e residente no perímetro urbano de Três Passos, onde desempenha a função de costureira em fábrica de vestuário, sendo que seu esposo, também filho de agricultores da localidade é operário no frigorífico local. A família conta ainda, com um jovem, de 19 anos, que reside e trabalha com os pais. Os membros desta família descendem de alemães, o patriarca reside na propriedade desde que nasceu, local em que ainda conserva a casa onde habitavam seus pais, que atualmente são

aposentados e residem na cidade.

A estrutura física da propriedade A é composta por uma casa simples, porém aconchegante, galpões para armazenar insumos, um galpão adaptado para ser utilizado para secagem do fumo e sala de ordenha. Contam com uma área própria de 7 hectares de terra e arrendam 7,3 hectares de um cunhado. As principais culturas são soja, milho e fumo, que ocuparam no último ano cerca de 10 hectares. Possuem ainda área destinada a pastagem natural e artificial, num total de 2,3 hectares.

A família dedica-se a atividade leiteira, com 10 vacas na ordenha, em sistema de pastoreio de piqueteamento. Criação de porcos e frangos para a subsistência, bem como cultivo de horta, pomar e outras culturas, como feijão, mandioca, batata, para o consumo da família.

O jovem A frequentou a escola até a oitava série do ensino fundamental na própria localidade, em estabelecimento de ensino municipal. No entanto, o ensino médio somente é oferecido no perímetro urbano do município, o que aumenta as dificuldades devido à necessidade diária de locomoção para chegar à escola. Assim sendo, justamente na fase em que suas tarefas na propriedade se intensificaram, a jornada de trabalho passa a ser mais intensa, e o jovem não logrou êxito ao tentar conciliar as atividades escolares e o trabalho na agricultura, conforme relato durante a entrevista.

A propriedade B pertence a família à duas gerações, tendo sido constituída a mais de 50 anos. A família é formada pelo pai, a mãe, com 47 e 40 anos de idade respectivamente, por um jovem de 17 anos, sua avó e seu tio paterno, deficiente físico.

A família possui uma área de aproximadamente 35 hectares, dos quais 22,7 podem ser aproveitados para fins econômicos e os demais estão em área de preservação permanente ou consistem da reserva legal da propriedade. Importante lembrar que a referida propriedade encontra-se as margens do riacho Erval Novo, o qual fornece água para o perímetro urbano da cidade e é alvo constante de campanhas de conscientização para a preservação de suas margens e afluentes.

Na localidade em foco é comum as propriedades possuírem até 10 hectares, o fato da família B possuir 35 hectares se deve a questão de herança dos quais os membros da família foram beneficiados, sendo que a esposa recebeu de seus pais 5ha, e os outros 30ha pertencem ao proprietário, seu irmão e sua mãe na mesma proporção, ou seja 10 hectares para cada um deles.

A família B dedica-se ao cultivo de soja, milho e trigo e a atividade leiteira. Culturas de subsistência também são constantes, uma horta ampla, pequeno açude

para criação de peixes, ainda frangos e suínos.

O jovem B frequenta a escola em distrito urbanizado do município, onde é desenvolvido um programa para alunos oriundos da zona rural, denominado Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar. Está cursando o segundo ano do ensino médio tendo reprovado pela segunda vez. Manifestou interesse em desistir dos estudos, no entanto, a família o incentiva a concluir o ensino médio.

Ambas as famílias relatam a efetiva participação dos jovens na tomada de decisão quando da apropriação dos recursos do Pronaf, tendo conhecimento das linhas de crédito mais utilizadas pelas famílias, e ainda tem plena consciência da capacidade de pagamento das financiamentos.

A percepção do jovem de Três Passos em relação ao Pronaf é positiva no sentido da importância da política pública no oferecimento de recursos para custeio de lavoura ou investimento em equipamentos necessários para a atividade agrícola. Em seu relato o jovem A diz que: “ O Pronaf é bom, a gente nunca tem dinheiro sobrando, aí dá pra pegar esse dinheiro do Pronaf e plantar bem, com tudo que precisa.” (Jovem A). O jovem B percebe a política com benefícios, no entanto com limitações a serem superadas: “ O Pronaf é bom, ajuda a poder plantar, mas precisava mais recurso, nunca dá que chega, sempre tem que botar em cima.” (Jovem B)

Ambos os jovens listam como maior dificuldade ou limitante do Pronaf a demora na liberação do recurso e a burocracia exigida para que possam acessar ao programa. Referem-se ainda a necessidade de dar em garantia o bem financiado ou as terras no caso do Pronaf Investimento.

Mudanças sugeridas pelo jovem A no sentido de atender com maior agilidade as necessidades dos agricultores, especialmente na liberação do recurso e se referindo ainda ao Programa Crédito Fundiário<sup>4</sup>, que demanda um tempo longo para encaminhamento de toda documentação e posterior liberação do recurso. O jovem B tem as mesmas sugestões e ainda acrescenta a necessidade de aumentar o valor que cada agricultor possa financiar ao ponto de poder atender suas reais necessidades.

Quanto as perspectivas de permanência dos jovens da comunidade no meio rural o jovem A afirmou que: “Os que ainda tão na colônia querem ficar, estão bem”. Completando com a sua própria intenção de permanecer na atividade rural ele diz que quer ficar, que possui o apoio do pai e todos os bens necessários para ter uma vida confortável e complementando com a seguinte visão : “.... e tô vendo a cidade tá cheia, logo não vai ter emprego pra todo mundo.” (Jovem A)

---

<sup>4</sup> Crédito Fundiário destinado ao financiamento de terra para agricultores familiares e seus filhos.

O jovem B manifestou o mesmo interesse em permanecer na atividade agrícola e ainda se referiu a projetos pessoais que pretende implementar na propriedade com o aval do pai. No entanto em relação a sua percepção dos demais jovens da comunidade entende que o tamanho da propriedade dos pais, o numero de herdeiros e ainda a independência financeira do jovem são fatores que influenciam na evasão destes do meio rural: “Nem todos tem terra adequada para produzir, ai os filhos não ficam(na propriedade) , eles querem ganhar seu dinheiro” . (Jovem B)

As necessidades dos jovens rurais, no ponto de vista do jovem A, referem-se ao acesso a terra, mais recurso para investir na própria propriedade, valorização do produto agrícola com maior estabilização de preços. Nesse caso o jovem se refere a disparidade na cotação dos produtos agrícolas, a queda acentuada nos preços no período pós safra, que coincide com o pagamento das parcelas dos financiamentos, demandando uma quantidade maior de produto para cobrir o valor vincendo.

Na percepção do jovem B a maior necessidade que deve ser atendida pelas politicas públicas se referem as garantias de preço e condições de pagamento dos investimentos.

#### **4.3 RECURSOS, FINALIDADES E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA**

As famílias analisadas utilizam o Banco do Brasil para adquirir os recursos do Pronaf, os projetos, na maioria das vezes são realizados por técnico contratado pelo Sindicato dos Trabalhadores rurais o que torna o custo menor para o agricultor.

A família A utiliza recursos do Pronaf desde 1997, tendo utilizado o crédito do Pronaf Investimento para a aquisição de uma ensiladeira para a produção de ensilagem de milho no valor de R\$11.780,00 e um pulverizador no valor de R\$7.446,00. Tendo atingido o teto máximo para acessar o Pronaf Investimento. Quanto ao Pronaf Custeio utilizou R\$2.200,00 para soja e R\$4.900,00 para custeio agropecuário, utilizado na atividade leiteira.

A família B utiliza o Pronaf desde 1998, tendo adquirido com os recursos do programa um resfriador no valor de aproximadamente R\$7.000,00, realizou ainda financiamento de R\$4.000,00 para correção de solo, e utiliza o Pronaf custeio somente para a produção de soja e em 2010 financiou R\$6.500,00. A família cultiva milho devido a necessidade da rotação de cultura e ainda para a produção de alimento para o gado, no entanto, não utiliza recursos do Pronaf para esta cultura há 2 anos, devido a

problemas na liberação dos recursos que é feita tardiamente quando a cultura já está em pleno desenvolvimento vegetativo. Esta é uma das deficiências do programa, segundo aos agricultores, aliada a burocracia.

Conforme informações de uma das cooperativas de crédito que oferece recursos do Pronaf no município, no ano<sup>5</sup> de 2010 houve a liberação de 2,1 milhões de reais para o Pronaf Investimento, beneficiando 65 associados, que adquiriram máquinas e equipamentos para as suas propriedades.

Quanto ao Pronaf Custeio houve a liberação de 1,7 milhões de reais, para 254 associados, tendo financiado principalmente a cultura da soja, seguida de milho e trigo.

Os bens mais financiados pelos agricultores, segundo a cooperativa, são ensiladeiras, resfriadores, máquinas de ordenha, a própria estrutura da sala de ordenha, tratores agrícolas e aquisição de vacas leiteiras

---

<sup>5</sup> Ano civil corresponde ao período de 01/01/2010 a 31/12/2010.

## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se, de forma sintética, analisar as percepções do jovem rural de Três Passos sobre a Política Pública Pronaf.

Realizada a revisão bibliográfica, constatou-se que não existe uma definição exata para o período da vida em que se é jovem, visto que além das variações do conceito em si, existe uma flexibilidade quanto a faixa etária. Institutos de pesquisa, como IBGE, adotam a faixa etária de 15 a 24 anos, autores como Helena Abramo (1997) atribuem ao período da juventude o “Momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico dramático de socialização.” Já a política pública em tela, na versão jovem, define atualmente a faixa etária, para os contemplados pelo programa, pessoas entre 16 e 29 anos.

Analisado o conceito de agricultura familiar, entende-se que pode ser definido quando a família gerencia a sua propriedade e utiliza mão de obra dos membros da própria família para realizar as atividades.

O Pronaf, política pública, tem como finalidade fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares (CEPLAC, 2009).

Os resultados da pesquisa podem ser resumidos, ao que se refere à percepção do jovem de Três Passos sobre o Pronaf, em uma visão positiva da política pública quanto a finalidade dos recursos, visto que ambas as famílias acessam mais de uma linha de crédito, e a definem como fundamental para promover a produção agropecuária a que se propõe.

Podemos observar que os jovens analisados participam ativamente das atividades da propriedade, não somente como mão de obra, participam de todo o processo de tomada de decisão da família e tem plena consciência da necessidade de alguns ajustes na política pública.

As maiores críticas, quanto a operacionalização do sistema e ao acesso aos

recursos, referem-se a burocracia e a demora na liberação dos créditos, principalmente do Pronaf Investimento. O que ocasiona dificuldades na aquisição dos insumos para efetuar o plantio na época indicada, ou adquirem os produtos no comércio local para pagamento futuro, o que onera ainda mais a atividade.

Foi verificado ainda que não existe nenhum projeto do Pronaf Jovem encaminhado no município de Três Passos, os jovens costumam acessar as mesmas linhas que seus pais, custeio ou investimento, para injetar recursos na propriedade. Portanto esta modalidade não vem tendo o resultado esperado, haja vista que não atinge a faixa etária delimitada para o programa e nem funciona como incentivador para a capacitação dos jovens através da educação.

A percepção do jovem reflete as mesmas críticas da família, recursos insuficientes para cobrir todas as despesas e burocracia na liberação. Contudo, valorizam a política pública e a consideram essencial para a manutenção do regime econômico produtivo adotado na propriedade, visto que devido a pequena produção, vem se tornando inviável a manutenção de fundo de reserva para custeio das safras seguintes, levando-os a aderirem aos recursos do Pronaf anualmente.

A formulação de políticas específicas para o jovem deve contemplar as suas reais necessidades, respeitando as especificidades de cada localidade, visto que a heterogeneidade do mundo rural corrobora para o insucesso de políticas projetadas sem a participação do público alvo.

Os jovens rurais de Três Passos buscam, além das políticas de crédito, políticas que ofereçam condições de acesso a educação de qualidade e dentro do contexto agrícola, a exemplo do que acontece com as escolas técnicas, no entanto, com possibilidade de aulas em turnos alternativos, necessitam ainda, de acesso a tecnologias de informação, habitação rural, acesso a terra e condições de geração de renda.

Como resultado deste trabalho podemos perceber que o jovem está envolvido e participa do processo de tomada de decisão na família em relação a todas as atividades, inclusive no acesso ao Pronaf. Foi interessante perceber que ambos os jovens sentem-se motivados em continuar na atividade agrícola, visto que muitas vezes se manifestaram neste sentido, e ainda no comprometimento deles com a família e com a construção do patrimônio familiar. Suas expectativas quanto ao futuro refletem-se na necessidade de ampliação da propriedade, constituição de sua família e permanência no local de origem.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. n. 5 e 6, p. 25-36, mai.-dez. 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Uma nova extensão para a agricultura familiar.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. BRASÍLIA, 1997. Texto para discussão, 29.

ABRAMOVAY, Ricardo. (Coord); SILVESTRO, M; CORTINA, N; BALDISSERA, Ivan T; FERRARI D; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri:Brasília: Nead/, 2001. 120p.

ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica.** Porto Alegre: Globo, 1980.

BANCO CENTRAL. **Resolução nº3559.** Brasília. 2008. Disponível em: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/turismonaagriculturafamiliar/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=876348](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/turismonaagriculturafamiliar/contents/photoflow-view/content-view?object_id=876348). Acessado em dezembro de 2010.

BELIK, W. **Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Vv. 36, n. 1, 1998.

BRUMER. A. **A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade.** In. Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006. Quito, Equador. Anais. Disponível em: <[www.alasru.org/cdaldasru2006/02%GT%20Anita%Brumer%.pdf](http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%GT%20Anita%Brumer%.pdf)>. Acesso 07 de outubro de 2010.

BRUMER, A. et al. **O futuro da juventude rural.** In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO – AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 2002, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Associação Latino – Americana de Sociologia Rural, 2002. p.1365-1372.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher agricultora do Rio Grande do Sul.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v.12, n. 1, p. 171-174, janeiro – abril, 2004. Disponível em : < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso dezembro de 2010.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais,** in F. C. T. da Silva, R. Santos, L. F. C. Costa (orgs.). Mundo rural e político: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro, Campus/Pronex, 1999.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologia e**



**políticas.** In. COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.) Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

CEPLAC-Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, disponível a partir de: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acesso em 19/12/2010.

DENARDI, Reni Antônio. **Agricultura familiar políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, jul/set. 2001.

FARINA, Elisabeth M. M. Q.; NUNES, Rubens. **Âncora verde e os ajustamentos microeconômicos no sistema agroindustrial de alimentos no Brasil pós-Real.** In: XXX Encontro Nacional de Economia. Anais... XXX Encontro da Anpec. Nova Friburgo, RJ. 10 a 13 de dezembro de 2002. 19p.

FRANCO, Gustavo. A década perdida e a das reformas. São Paulo: OESP e JB, 2000. 2p. Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a48.htm>. Acesso em jan/2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA- FEE. Disponível a partir de: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em dez/2010.

GIL. A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. Cadernos de Difusão de Tecnologias, Brasília, Jan/Dez, pág. 13-46. 1990.

GOUVEIA, Charlene Nayana Nunes Alves. **Avaliação do Impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na qualidade de vida do jovens agricultores Paraibanos.** 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social - Nedraps, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PA, 2010. Disponível em: <[http://btdt.biblioteca.ufpb.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=828](http://btdt.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=828)>. Acesso em: 01 mar. 2011.

GROPPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DFEL, 2000.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>. Acesso outubro de 2010.

\_\_\_\_\_Biblioteca. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/trespazos.pdf>. Acesso dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_Censo Agropecuário, 2006.

IICA- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em: [www.iica.org.br](http://www.iica.org.br) . Acesso dezembro de 2010.

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: Do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In: DELGADO, G. C., GASQUES, J.G., VERDE, G.M.V. (ORG). Agricultura e políticas públicas. Brasília, IPEA, 1990. p.113-223.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas,

1991.

\_\_\_\_\_. Monografia. In: **Fundamentos da Metodologia Científica e da Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 235-238.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional - uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993.

MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário. Brasília. 2010. Disponível a a partir de: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>. Acessado em dezembro de 2010.

MIELITZ, Carlos; MELO, Lenivaldo. **Políticas públicas agrárias e agrícolas e seus instrumentos**. DERAD012 Módulo III / AULA 1: Síntese da aula. Plageder/UFRGS. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=7894>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

PAIVA, Ruy Miller. **Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura. Uma Reformulação**. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 5, junho, nº 1. 1975.

SAF/MDA – Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Apresentação crédito rural**. Brasília: SAF/MDA. 2009. Disponível a partir de <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=813>. Acesso em dezembro de 2010..

SANT'ANNA, André Albuquerque; FERREIRA, Francisco Marcelo Rocha. **Crédito rural: da especulação à produção. Visão do desenvolvimento**. Brasília: BNDES, 2006. n.11. 8p.

SILVA, Leonardo Xavier da; SOUZA, Marcelino de. **Estado Brasileiro, políticas públicas e agricultura**. Plageder/UFRGS. Disponível em: <<https://moodleinstitucional.ufrgs.br/login/index.php>>. Acesso em: 10 dez. 2010

SILVA FILHO, José Brandt. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF**. Eng. Agr. Especialização em Agricultura Tropical e Analista Técnico Rural - Banco do Brasil. Disponível em [http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo\\_26.htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo_26.htm). Acesso dezembro de 2010

SILVESTRO, M. L et alii. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis. Epagri; Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

VASCONCELLOS, M. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2008. 3. ed. 292p.

VEIGA, J.E. da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Série textos para discussão, nº 1. Brasília. Convênio FIPE-IICA (MDA) CNDRS.Nead, 2001. 108p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Anais... XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, out., 1996. Caxambu: ANPOCS, 1996. 18p.

## APÊNDICE 1: ENTREVISTA APLICADA

### 1. Informações sobre a unidade de produção agrícola

1.1 Nome do Agricultor:

1.2 Município: Três Passos

1.3 Localidade: Alto Erval Novo

1.4 Denominação da propriedade:

1.5 Data:

1.6 Tempo de ocupação da área:

### 2. Caracterização do grupo familiar

Nº de membros da família:

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Grau de Instrução

### 3. Identificação do Imóvel Rural

N.º	Área (ha)	Domínio Legal	Observações
1		Própria	
2		Arrendamento de terceiros	
3		Parceria	
4		Ocupação	
5		Arrendada para terceiros	
TOTAL			

### 4. Uso Atual da Área

Área (ha)	Exploração	Observações
	Culturas Permanentes (pomar, café.....)	
	Culturas Temporárias (soja, milho, fumo...)	
	Terras de Lavouras Temporárias em Descanso	
	Pastagens Naturais (campo nativo)	
	Pastagens Plantadas (artificiais)	
	Capineiras (capim cameron, elefante, cana)	
	Matas e Florestas (naturais)	
	Matas Plantadas (artificiais)	
	Terras Produtivas não utilizadas	
	Terras Inaproveitáveis	
	Açudagem	
	Sede e benfeitorias	
	Área cedida para terceiros	
	TOTAL	

5- Quais são os programas e recursos do Pronaf que acessados pela família? Há quanto tempo?

6- Qual instituição financeira utiliza? E quem realiza o projeto?

7 – Quais são as culturas/atividades financiadas, houve algum investimento ou somente custeios de lavouras. Qual o valor financiado por cultura e o valor total anual?

8 – A família encontra dificuldade em pagar o financiamento na data do vencimento? Porque?

9- Como os seus filhos participam da tomada de decisão na hora de aderir ao Pronaf? Há participação deles na escolha sobre os investimentos e no destino dos recursos? Como é esta participação e qual (s) filhos ajudam?

Perguntas destinadas aos filhos

10- Na sua opinião, quais são os benefícios e malefícios do Pronaf? Como você percebe estes programas?

11- Na sua opinião, existem dificuldades ou limitantes do Pronaf? Caso afirmativo, quais são elas?

12- Na sua opinião, poderiam haver mudanças na política pública para melhor atender

as necessidades da família? Caso afirmativo, mencione quais seriam estas mudanças:

13 – Qual é a sua perspectiva quanto às atividades rurais? Você pretende dar continuidade às atividades desenvolvidas pelos seus pais?

14 – Na sua opinião, os jovens da sua comunidade tem perspectivas de continuar no meio rural? ( ) sim ( ) não Porque?

15 – Na sua opinião, quais seriam as necessidades dos jovens rurais hoje?

16 - Na sua opinião, o Estado, o governo e as políticas públicas poderiam suprir estas necessidades?